

Pressão total

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
ano 6 • nº 41 • abril de 2013 • www.cut.org.br



Comerciários e domésticas avançam na conquista de direitos
Página 7



CUT vai à luta por reforma política e por regras para a comunicação
Página 3



Nos EUA, Central alia-se à luta contra práticas antissindicais da Nissan
Página 6



Após levar 50 mil a Brasília, CUT pressionará para arrancar negociação com o governo

ediTorial

Dino Santos



O número recorde de participantes da Marcha da Classe Trabalhadora deste ano expôs a insatisfação dos trabalhadores. O recado foi claro: não vamos tolerar que a nossa pauta de reivindicações continue sendo ignorada pela equipe econômica e pelo Congresso Nacional.

Vamos exigir do governo o mesmo tratamento que vem sendo dado aos empresários. Enquanto vários setores produtivos vem sendo beneficiados com a política de desoneração da folha e de redução de tributos, nossa pauta está engavetada nos gabinetes.

A CUT concorda com as decisões do governo de priorizar o mercado interno, reduzir as taxas de juros e os tributos de vários segmentos da economia. Isso torna o produto brasileiro mais barato e competitivo e mantém aquecido o consumo interno. É preciso, porém, cobrar dos empresários que se comprometam com mais investimentos e menos acúmulo de lucros. É preciso que as benesses venham acompanhadas de contrapartidas sociais, como manutenção e geração de empregos, qualificação profissional e modernização das relações de trabalho. É preciso que o conjunto de medidas governamentais para manter a economia aquecida contemple a pauta dos trabalhadores.

Para isso acontecer, precisaremos mobilizar a classe trabalhadora, caso contrário não conseguiremos tirar do papel nenhum dos 11 itens da pauta que entregamos à presidenta Dilma Rousseff. E essa mobilização tem de começar nos sindicatos. Todos os dirigentes precisam incorporar a pauta em suas rotinas. Devem ter informes nos sites, jornais e boletins dos sindicatos para fomentar o trabalhador, para que ele se conscientize de que esta luta que é de todos nós.

Vagner Freitas, presidente nacional

Em marcha, juventude cobra trabalho decente e educação de qualidade

Após a 7ª Marcha das Centrais Sindicais e Movimentos Sociais reunir mais de 50 mil em Brasília, foi a vez da juventude ir às ruas de Brasília em uma jornada de lutas orientada pela necessidade do aprofundamento das mudanças no País.

A questão do Trabalho Decente colocou-se como uma das prioridades da Jornada, uma vez que a maioria da juventude brasileira é trabalhadora e já está inserida no mercado de trabalho, ocupada ou à procura de ocupação. Entretanto, esta maioria está em empregos precarizados.

“Nossa juventude precisa de proteção social. Ela se encontra desprotegida frente à lógica exploradora do empresariado que busca aumentar sua taxa de lucro ampliando a precarização, principalmente de jovens. Ela também está desprotegida pela baixa renda de suas famílias e pela ausência de políticas públicas que desonerem alguns custos de sua vida social, como transporte público, moradia, estudos, lazer, alimentação”, salientou Alfredo Santos Junior, secretário nacional de Juventude da CUT.

O Manifesto da Jornada de Lutas da Juventude Brasileira expressa nitidamente que para avançar nos direitos é necessário relacionar as bandeiras gerais de luta da classe trabalhadora com as questões que afetam diretamente a realidade juvenil.

Um exemplo disso é a histórica luta pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salários. É uma bandeira do conjunto da classe trabalhadora, mas que tem um impacto particular sobre a juventude. Reduzir a jornada é gerar emprego e também gerar tempo livre. É fundamental para os jovens estudantes que precisam trabalhar e que são obrigados a



Juventude cutista durante ato no Paraná

abandonar a escola porque a jornada de trabalho é extensa.

Estatuto da juventude – No dia 3 de abril, o Estatuto da Juventude (PLC 98/2001), que tramitava desde 2004, foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e agora será discutido em regime de urgência no Senado. Caso passe pela Casa, segue para a Câmara.

Dividido entre Direitos e Políticas Públicas de Juventude e Rede e Sistema Nacionais de Juventude, o texto aponta avanços como a manutenção da meia-entrada em espetáculos culturais, de lazer e esportivos para jovens de 15 a 29 anos, dois assentos gratuitos em ônibus interestaduais a estudantes de baixa renda e a garantia de que o ensino fundamental para jovens índios e povos de comunidades tradicionais seja ministrado em língua portuguesa e nos idiomas tradicionais de cada etnia.

Movimento



William Pedreira

CUT em destaque no Fórum Social Mundial (FSM) em Túnis, capital da Tunísia. Os debates destacaram que a conjuntura atual demanda adoção de iniciativas concretas e efetivas na luta pela autodeterminação dos povos e por um novo mundo, sem discriminação de raça, sexo, origem, religião ou orientação sexual. Os movimentos sociais também tiraram para outubro um Dia Global de Mobilização.

expediente: **Jornal da CUT** é uma publicação mensal da Central Única dos Trabalhadores. **Presidente:** Vagner Freitas. **Secretária Nacional de Comunicação:** Rosane Bertotti. **Direção Executiva:** Admiron Medeiros Júnior, Alfredo Santos Júnior, Antônio Guntzel, Antônio Lisboa, Aparecido Donizeti, Artur Henrique, Carmen Foro, Daniel Gaio, Dulce Mendonça, Eduardo Guterra, Elisângela Araújo, Expedito Solaney, Jacy Afonso, Jandira Uehara, Jasseir Fernandes, João Felício, José Celestino, Junéia Martins, Júlio Turra, Manoel Messias Vale, Maria Faria, Maria das Graças Costa, Maria Júlia Nogueira, Pedro Armengol, Quintino Severo, Raimunda Araújo, Rogério Pantoja, Roni Barbosa, Rosana Sousa de Deus, Rosane Silva, Sérgio Nobre, Severino Nascimento, Shakespeare de Jesus, Simone Lopes, Valeir Ertle e Vítor Carvalho. **Jornalista responsável:** Isaías Dalle (MTB 16.871). **Redação e edição:** Luiz Carvalho, Leonardo Severo, Paula Brandão, Vanessa Paixão (secretaria e revisão), William Pedreira e Douglas Figueiredo (programador). **Projeto Gráfico e Diagramação:** TMax Propaganda. **Capa:** Paula Brandão (2013). **Impressão:** Bangraf. **Tiragem:** 20 mil exemplares

mobiliza **C**ão

30 anos da CUT: reforma política e defesa do marco regulatório estão na pauta

No dia 27 de fevereiro, a Central Única dos Trabalhadores reuniu seus ex-presidentes, prefeitos, ministros e o ex-presidente Lula para dar início às celebrações dos 30 anos de luta.

Até o final de 2013, atividades culturais, exposições, seminários temáticos e mostras farão o resgate da história da maior central sindical do Brasil e quinta do mundo. Ainda para este ano estão previstas a realização da 2ª edição do Prêmio CUT Democracia e Liberdade Sempre e de um grande ato no dia 28 de agosto, data da fundação da Central, na região do ABC.

Além da extensa pauta sindical apresentada ao governo federal na Marcha da Classe Trabalhadora e dos movimentos sociais (leia mais nas páginas 4 e 5), a Central discutiu dois temas relacionados à histórica luta pela democracia no país: a reforma política e a criação de um marco regulatório para a comunicação.

Conforme destaca o presidente da CUT, Vagner Freitas, o atual sistema político é excludente e faz com que os candidatos sejam escolhidos de acordo com o poder econômico e não com as ideias que defendem.

“Eleger representantes no Legislativo e Executivo virou corrida para quem tem mais recursos financeiros. Como a legislação não proíbe o financiamento privado de campanha, quem tem dinheiro ou apoio de quem tem dinheiro se elege. A concorrência é desleal e por isso o Congresso Nacional nem de longe expressa a opinião do povo brasileiro”, diz.

Para o dirigente, essa é uma maneira que a elite econômica usa para impedir os contrários a seus princípios de ocuparem cargos no Executivo e no Legislativo.

Vagner aponta que a campanha pela reforma política tem que ser explícita na defesa do financiamento público, explicando ao trabalhador que essa é a única maneira de ampliar a democracia no processo eleitoral.

“Nós temos que mostrar ao trabalhador a importância de ter o financiamento público de campanha para que ele possa ser candidato e virar senador,



Ex-presidentes cutistas reunidos: da esquerda para a direita – Meneguelli, Vicentinho, Kjeld, João Felício (atual Secretário de Relações Internacionais da CUT), Luiz Marinho e Artur Henrique (atual Secretário Adjunto de Relações Internacionais)

deputado, vereador. Porque são essas pessoas que fazem as leis. Se nós, trabalhadores, não estivermos nesses polos, os empresários fazem as leis por nós. O trabalhador não pode ser enganado pela mídia do patrão. Temos que explicar que atualmente usam o dinheiro para continuar colocando nos espaços de poder quem defende o patrão.”

Regras para quem tem poder

Também na celebração dos 30 anos, a CUT defenderá a construção de um marco regulatório para a comunicação, um conjunto de regras que permita a mais pessoas produzir e ter acesso à informação.

“Em grande parte dos países desenvolvidos há um marco regulatório. As comunicações assumiram tal papel no mundo que, se não houver um conjunto de regras discutidas com a sociedade, vira um poder mais importante do que o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. A participação política fica sob intervenção e influência de meia dúzia de senhores e isso é ditadura da informação. Ou da desinformação, uma lavagem cerebral organizada.”

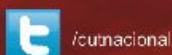
Para dar uma ideia de como funciona a manipulação na prática, Vagner compara a cobertura da marcha das centrais em Brasília com protestos contra o governo.

“Você consegue justificar o motivo de as centrais sindicais colocarem 50 mil trabalhadores em Brasília e a mídia ignorar, sequer noticiar, enquanto, no mesmo período, 10 pessoas se reúnem na Paulista contra o governo e é manchete em jornais? É também uma discussão econômica, da indústria da comunicação, uma das que mais cresce no mundo e que fica centralizada nas mãos de poucos.”

Leia mais sobre a campanha do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) na página 6.



Ex-presidentes cutistas reunidos: da esquerda para a direita – Meneguelli, Vicentinho, Kjeld, João Felício (atual Secretário de Relações Internacionais da CUT), Luiz Marinho e Artur Henrique (atual Secretário Adjunto de Relações Internacionais)



Acompanhe a CUT nas Redes Sociais

www.cut.org.br

facebook.com/CUTBrasil | twitter.com/cutnacional | youtube.com/secomcut

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

A hora e a vez da classe trabalhadora



Cutistas comandaram a marcha que cobrou compromisso do governo com pauta trabalhista

No último dia 6 de março, a CUT liderou uma marcha com 50 mil representantes de centrais sindicais e movimentos sociais. Como em outros momentos, quando se organizou de maneira unificada para arrancar avanços tal qual a política de valorização do salário mínimo, a classe trabalhadora deixou claro ao governo federal que a hora de destravar a pauta de reivindicações de quem sustenta o país é agora.

A agenda levada à capital federal contou com 11 pontos principais: redução da jornada para 40 horas semanais sem redução de salário; fim do fator previdenciário; 10% do PIB para a educação; negociação coletiva no setor público; reforma agrária; 10% do orçamento da União para a saúde; combate à demissão imotivada; valorização das aposentadorias; salário igual para trabalho igual entre homens e mulheres; mais investimento público

e correção da tabela do Imposto de Renda.

Para muitos dirigentes, a primeira vitória foi estabelecer um diálogo com o governo. A segunda, a presidenta Dilma Rousseff assinar um decreto firmando compromisso de regulamentar a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o direito à negociação coletiva no setor público.

Vagner Freitas lembra que foi exatamente a falta de diálogo com os servidores a responsável pela greve geral de mais de 18 categorias do funcionalismo no ano passado e, portanto, pelo início das discussões sobre a necessidade de organizar uma mobilização unificada para quebrar a resistência às negociações.

“Saímos do processo de criminalização para a presidenta admitir o processo de negociação. Agora,

precisamos que o governo apresente urgentemente um calendário de negociação”, avalia o dirigente.

O secretário Geral da CUT, Sérgio Nobre, lembrou que a paralisação terminou sem mexer no que realmente importava: o debate com os trabalhadores.

“Não sei se haverá outro momento para negociar com o governo federal, então, não podemos deixar passar, mesmo sabendo que há um grupo que defende uma visão moderna, de que a negociação deve ser ampla, e outro contrário que defende o direito restrito à greve pelo serviço público ser algo essencial”, analisa o dirigente.

Multiplicar a luta

Vagner explica que as centrais promoverão ações regionais e nacionais unificadas por todo país até o 1º

de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, quando esperam que o governo anuncie uma série de medidas atendendo a essas reivindicações, em especial a redução da jornada de trabalho e o fim do fator previdenciário.

“Todos os pontos são importantes, mas alguns são essenciais: a redução da jornada de trabalho sem redução de salário e o fim do fator previdenciário, os dois itens que a presidenta disse que são mais difíceis e isso já sabíamos. Porque o congresso é conservador e teremos de pressionar muito. E que fique claro: os empresários não têm condição moral de ficar contra redução de jornada porque tiveram a desoneração à folha de pagamento e não deram nada em troca. Vamos procurar a CNI (Confederação Nacional da Indústria), a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos), as confederações ligadas ao comércio, à agricultura com a proposta da CUT. Ao mesmo tempo em que mobilizaremos nossas bases, vamos fazer a abertura da interlocução com o empresariado.”

Secretária da Mulher Trabalhadora, Rosane Silva, avalia que a redução da jornada representa também um avanço contra a desigualdade.

“A redução da jornada gera emprego e distribui renda, beneficiando principalmente quem está fora do mercado de trabalho, como mulheres e jovens, as grandes vítimas da precarização”, explica.

Secretário Nacional de Políticas Sociais, Expedito Solaney, acrescenta à redução da jornada e ao fim do fator previdenciário a exigência de 10% do PIB para a educação como outro eixo estratégico.

“Esse investimento e o cumprimento do piso nacional da categoria são essenciais para transformarmos o país. Portanto, vamos nos juntar às paralisações convocadas pela CNTE.”

Outros eixos – Em relação à convenção 158 da OIT – contra demissão imotivada –, Vagner lembra que o governo mostrou uma postura favorável à ratificação. E prometeu ainda empenho sobre os eixos relacionados à reforma agrária e à educação.

“A presidenta disse claramente que acha que precisamos ter uma medida que impeça a rotatividade da mão de obra porque são mais de R\$ 30 milhões gastos com seguro-desemprego em um cenário de pleno emprego. Isso significa que a má fé de uma parte do empresariado é enorme, porque demite o que ganha mais para contratar o que ganha menos. Disse que irá acelerar a reforma agrária e que é favorável aos 10%



Para CUT, redução da jornada e fim do fator previdenciário são pontos primordiais entre os 11 eixos da pauta

do PIB para a educação, desde que 100% dos royalties do petróleo sejam colocados para o setor.”

Membro da Direção Executiva, Júlio Turra, afirma que o governo deve responder à classe trabalhadora e não acredita em grandes avanços até 1º de maio. Para ele, as Centrais terão de ser duras para pressionar o Executivo e o Legislativo.

“Não espero muito avanço em torno daquela pauta de

11 reivindicações: em relação ao fator previdenciário, o governo pediu criatividade das centrais e deixou a entender que não aceitaria o limite de negociação, que seria fórmula 85/95, a somatória do tempo de contribuição com idade. Em relação à jornada de trabalho, as centrais já fizeram uma proposta e, se o governo tem outra, que ofereça. O tempo é curto, formalmente não foram abertas as negociações. Teremos que voltar à carga pra conseguir o governo a negociar para cobrar o diálogo.”

Papel dos sindicatos

Sem mobilização não há mudanças. Isso é unanimidade entre os dirigentes cutistas. Da mesma forma que é unânime a ideia da importância da participação dos sindicatos.

“O poder da CUT está na organização dos sindicatos, então, se não conseguirmos que os sindicatos entendam que a campanha é de toda Central, que é preciso ir para as ruas, não avançaremos. Nosso papel é levar o sindicato para a luta. Não é uma discussão de cúpula”, comenta Vagner Freitas.

O papel essencial das mobilizações, acredita, será explicar aos trabalhadores a importância de cada tema, popularizar os eixos e deixar claro o benefício de cada um deles.

“A CUT é a soma dos nossos 3.600 sindicatos e se não mostrarmos que aquilo que estamos cobrando é possível conquistar por meio da nossa mobilização, o governo não vai atender nossa pauta”, diz o secretário de Organização e Política Sindical da Central, Jacy Afonso.

Projeto popular para democratizar a comunicação será apresentado em 19 de abril

A campanha “Para Expressar a Liberdade” realizará sua plenária nacional no próximo dia 19 de abril, em São Paulo, para apresentar e aprovar o projeto de iniciativa popular de um novo marco regulatório das comunicações e organizar a pauta nacional de divulgação do documento. O projeto é uma iniciativa da sociedade civil frente à paralisação do governo federal em dar início à criação de um novo marco legal para regulamentar o setor das comunicações no Brasil.

Estão previstas também as datas de 26 de abril, aniversário da TV Globo, e 1º de Maio, Dia do Trabalhador, para a realização das ações de promoção nacional do tema da democratização da comunicação e do início da coleta de assinaturas do projeto de lei. Para isso, será fundamental a ação dos Sindicatos junto aos mais amplos setores da sociedade, movimentos sociais, partidos e sindicatos.

Na avaliação da secretária nacional de Comunicação da CUT e coordenadora do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Rosane Bertotti, “o projeto de iniciativa popular é o principal instrumento político de ação e de pressão para o avanço e conscientização da sociedade quanto à renovação da legislação”. Entre outros pontos, explicou Rosane, a campanha defende a regulamentação de artigos da Constituição como o que proíbe a formação de monopólios e oligopólios, e o que garante o respeito à diversidade regional e à produção independente”. “Lutamos para garantir a diversidade e a pluralidade de vozes, rompendo com o monopólio que asfixia a comunicação”, ressaltou.

EBC pública, autônoma e plural

Recém indicada pela presidenta Dilma para compor o Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), junto com Rita Freire, da Ciranda, Rosane entende que a decisão aumenta a responsabilidade: “estar no Conselho significa defender os princípios de uma comunicação pública, da transparência, da autonomia da EBC, que seja uma comunicação que respalde esse compromisso da emissora ser cada vez mais pública e plural”.



Rosane Bertotti representará a sociedade civil no conselho da EBC



Logo da campanha “Pra Expressar a Liberdade”

Internacional

CUT nos EUA luta contra as práticas antissindicais da Nissan

Uma delegação cutista foi até os Estados Unidos prestar solidariedade à luta do UAW (United Auto Workers – sindicato que representa os metalúrgicos dos EUA, Canadá e Porto Rico) contra as reiteradas práticas antissindicais da Nissan, multinacional japonesa que chantageia e intimida os trabalhadores desde o momento de admissão.

Além de contar com benesses tributárias do governo local, que também se manifestou contrário à organização sindical, vista como “negativa” para os negócios, a Nissan se aproveita da inexistência da legislação trabalhista nos EUA. Dessa forma, direitos que todos os trabalhadores brasileiros com carteira têm assegurado como férias, licença-maternidade, auxílio-acidente, seguro-saúde, aposentadoria, participação nos resultados, indenização por demissão imotivada e 13º salário só existem na pátria do capitalismo se houver

negociação por escrito com o Sindicato ou por “liberalidade da empresa”. Daí a perseguição medieval imposta pelas empresas à organização sindical, com o uso de Rhs, câmeras de segurança e ameaças de demissão a quem procura buscar seus direitos.

“Numa economia globalizada, os direitos também têm de ser globalizados”, defendeu o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, condenando o absurdo retrocesso que a Nissan quer impor à relação capital-trabalho.

Para o secretário de Relações Internacionais da CUT, João Felício, “essa aversão ao diálogo se transforma em criminalização do movimento sindical, atentando não só contra a democracia, como aos próprios direitos humanos”. “Se antes a legislação já exigia que as entidades para se constituírem nos EUA tivessem 50% mais um de sócios, hoje governos e empresários tentam

abertamente aniquilar com os sindicatos. Nesse momento, a solidariedade cumpre um papel fundamental”, acrescentou.



Paulo Donizetti

Da esquerda para a direita, na primeira fileira: Vagner Freitas, Brian Finnegan (Coordenador para a AFL-CIO do Global Worker’s Rights) e Paulo Cayres (presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos) participam de ato em apoio à campanha da Nissan num auditório na faculdade de Tougaloo, em Jackson, Mississippi

Conquista

Comerciários e domésticas avançam na conquista de direitos

O mês de março terminou com grandes avanços para duas das categorias que mais sofrem com condições precárias de trabalho.

No dia 15, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.790/13, que regulamenta a profissão de comerciário, avançando no reconhecimento da categoria. No dia 26, foi a vez das trabalhadoras domésticas acompanharem a aprovação no Senado da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 478/10. A medida estende às trabalhadoras os mesmos direitos garantidos às demais categorias.

Valorização- “O reconhecimento da nossa profissão é fruto de grandes mobilizações, muitas conversas, audiências e debates no Congresso Nacional. Falamos de uma categoria cuja história remonta ao ano de 1890 com a profissão dos caixeiros-viajantes. Essa valorosa conquista colabora no respeito e fortalecimento das nossas negociações coletivas”, celebrou Alci Matos, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs).

Porém, conforme ressalva Valeir Ertle, dirigente da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e da Contracs, foram retirados dos projetos originais que deram origem à lei questões importantes sobre as condições de trabalho e valorização dos trabalhadores.

“Conquistamos o reconhecimento, mas as condições de trabalho dos comerciários ainda são precárias. Em alguns locais, chegam a jornadas extenuantes de 56 horas semanais. Por isso vamos aprofundar nossa luta pela redução da carga horária, melhorias das condições de trabalho, fim dos trabalhos aos domingos e feriados, combate ao assédio moral”, elencou.

Liberdade e autonomia sindical – muito se veiculou nos meios de comunicação sobre o artigo 5º do projeto, que fixava uma taxa sindical a ser recolhida pelos trabalhadores, resolução que foi vetada pela presidenta Dilma.

A CUT, maior central sindical do Brasil e da América Latina, reitera sua posição histórica contra o imposto sindical e defende sua substituição por uma contribuição sobre a negociação coletiva definida democraticamente pelos trabalhadores em assembleia.



José Cruz - Agência Brasil

De vestido colorido, ao centro, ao lado de ministras e parlamentares, Creuza Oliveira comemora a aprovação no Senado da PEC das Domésticas

Domésticas pela alforria

Já a PEC das Trabalhadoras Domésticas foi promulgada no Congresso Nacional no dia 2 de abril. A medida beneficia cerca de 7 milhões de domésticas, setor formado por 90% de mulheres, 75% sem carteira assinada.

Além da obrigatoriedade de pagamento nunca inferior ao mínimo, 13º Salário e repouso semanal remunerado, a PEC garantirá avanços fundamentais como a jornada de trabalho de oito horas diárias e 44 semanais e hora extra de ao menos 50%. Outras conquistas como a proteção contra demissão sem justa causa, seguro-desemprego e salário família dependem de regulamentação.

Secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, Rosane Silva, destaca a simbologia de o Brasil avançar pela ampliação de direitos dos trabalhadores e enaltece a mobilização da CUT, da Contracs e da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad).

“Essa vitória é fruto da mobilização desses atores sociais e demonstra que podemos construir uma relação mais justa entre patrões e empregados, se houver pressão e compromisso do governo em

acabar com a desigualdade, especialmente numa categoria formada essencialmente por mulheres negras”, disse.

A dirigente rebate ainda o discurso que a velha mídia trouxe hoje sobre um cenário de demissão em massa para a categoria.

“Esse discurso volta sempre que tentamos avançar em direitos. Mas quando houve redução da jornada para 44 horas semanais não houve demissões, mas sim contratação. Quando conquistamos a multa de 40% do FGTS para casos de demissão sem justa causa, não vimos desemprego em massa. Precisamos mostrar à população que falamos em dignidade, em acabar com o trabalho escravo numa categoria que não tinha direitos reconhecidos, de trabalhadoras 24 horas à disposição do patrão.”

Presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), Creuza Oliveira, acompanhou a votação no Senado e acredita que o próximo passo é fazer com que a lei seja colocada em prática.

“Precisamos manter a luta para que as patroas respeitem nossos direitos. A organização e a luta pela conscientização continuam.”

A transformação começa a partir de cada mulher

No início do século passado, uma revolução na Rússia capitaneada pelo Partido Bolchevique, de Vladimir Lênin, derrubou a autocracia e estabeleceu o regime socialista.

Um dos pilares dessa transformação, Alexandra Kollontai, lutou para implementar mudanças com o direito ao divórcio e ao aborto, que não foram bem recebidas por uma sociedade ainda com pouco acesso à informação e predominantemente analfabeta.

Naquele momento, Lênin alertava que tal resistência não deveria ser enfrentada com armas, mas por meio das ideias. Contra o obscurantismo, só o esclarecimento.

Um século depois, a mestre e doutoranda em Direito Político e Econômico, Paula Cruz, defende que a transição de uma sociedade machista para uma em que predomine a igualdade começa dentro de cada mulher.

Em entrevista ao Jornal da CUT, a autora do livro, "Alexandra Kollontai: feminismo e socialismo – uma abordagem crítica do direito" ressalta ainda a importância de refletir sobre a forma como criamos os filhos e sobre a impotência de termos escolhido uma mulher para a presidência.

Você defende que conquistas legislativas, como a licença maternidade de seis meses, na prática, mantém a mesma estrutura social em que a mulher é responsável pelos cuidados com a casa e com a família. Como avançar então?

Paula Cruz - Se pegarmos o comecinho do movimento feminista, há 100 anos, muito se avançou nas batalhas legislativas. A briga era por alfabetização, depois, para adentrar o mercado de trabalho e, posteriormente, por participação política. E aí começa direito a voto, à licença maternidade. Essas conquistas são decorrência da ascensão da mulher, mas não podemos acreditar que conseguir uma lei vai resolver toda a problemática da mulher. O direito ajuda, mas é insuficiente para colocar fim à opressão porque não tem condições de dar conta de muitas outras

questões como a moral e os costumes. Às vezes, com o intuito de melhorar, o direito acaba reforçando essa opressão, como é o caso da ampliação da licença de seis meses só para a mulher. Você não está permitindo que o homem participe, dividindo os cuidados entre mãe e pai. O direito está impondo à mulher o cuidado e reforça o papel da mulher dentro de casa como responsável prioritária pelos serviços domésticos.

Recentemente você citou que uma revolução é possível, mas não o caminho mais viável. Como promover mudanças reais com mulheres que não estão engajadas na causa feminista?

Paula - Já sabemos que pelo Direito não vamos conseguir. Fazer uma revolução econômica, implementar o comunismo é algo complicado de

baixo para cima transformando a realidade. É uma luta individual, porque dentro de mim preciso vencer resistências, e em conjunto, porque todas nós unidas temos de promover essas mudanças.

Como você forma uma criança para que não repita os preceitos machistas?

Paula - Quando você repassa os mesmos padrões que recebeu, a criança irá adequar-se à sociedade, mas vai reproduzir os mesmos comportamentos e obter as mesmas respostas. Acho que o grande desafio é em que medida vamos promover essas mudanças nos pensamentos das nossas crianças. O ato de educar tem de ser muito mais consciente e exige muito mais dos pais, o exemplo é um dos principais pontos. Quando começa a abrir e trazer uma nova possibilidade de visão, também prepara a pessoa para lidar com a situação opressora. Não dá pra fazer uma revolução na cabeça da criança, mas dá pra ir educando e sendimentando o conhecimento, inclusive alertando que a sociedade pensa de uma forma, mas existem outras formas de se realizar como sujeito que tem direito a ter prazer, não deixando que te explorem e te usem. Tentar colocar de uma maneira muito aberta.

Muda alguma coisa ter uma mulher presidente?

Paula - Muda em termos morais e comportamentais. Estamos acostumados com o padrão masculino, machista e patriarcal, em que os homens são os tomadores de decisão e as mulheres excluídas desse ambiente político de tomada de decisão. As mulheres ainda são minoria no Senado e na Câmara dos Deputados, apesar de maioria na sociedade, e quando você tem uma presidenta há uma quebra de paradigma, esse é o primeiro efeito. Em segundo lugar, mostra o que as mulheres podem fazer. A mulher presidenta tem uma responsabilidade maior do que o homem presidente. E num terceiro ponto, a mulher tem uma forma diferente de administrar, justamente por ter sido condicionada a exercer várias tarefas, tem versatilidade maior e, do ponto de vista político, isso pode trazer grandes contribuições. É uma nova visão com perspectivas de mudanças boas.



Paula Cruz: sindicatos devem ter papel de expandir o ideal da igualdade

Roberto Parizotti